

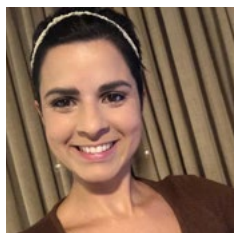
EDUCAÇÃO DE SURDOS: REFLEÇÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL, ESTAMOS RETROCEDENDO AOS PARADIGMAS DO CONGRESSO DE MILÃO?*

Deaf Education: reflections on deaf education in Brazil, are we going back to the paradigms of the Milan congress?



Cláudio Henrique Nunes Mourão

Doutor em Educação. Professor Adjunto no Instituto de Letras, Departamento de Línguas Modernas, no Curso de Bacharelado em Letras, habilitação Tradutor e Intérprete de Libras-Português/Português-Libras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: claudiomourao@gmail.com.



Bruna da Silva Branco

Bolsista da CAPES e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) na Universidade Federal Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: bbrunabranco@gmail.com.

* Tradução intralingual do presente artigo feita por Cesar Rafael Ramos dos Santos.

RESUMO

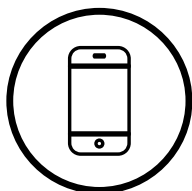
Os autores deste trabalho, fazendo uma reedição da publicação anterior Mourão (2011), num relato de experiência; essa rerepresentação amplia o espaço da fala do sujeito surdo contemplando suas perspectivas e olhares. O objetivo aqui é reiterar o registro deste material oportunizando aqueles que não tiveram acesso devido o volume de trabalhos que circulavam no seminário e atrair ainda outros mais interessados. No decorrer da história, os povos surdos vêm lutando pelo reconhecimento da sua identidade, cultura e língua, a língua de sinais, e por uma educação que atenda às suas especificidades. Em 2002 foi instituída a Lei de Libras, Lei Nº 10.436, favorecendo a Educação e inclusão de surdos. Neste contexto é que o presente trabalho propõe algumas reflexões sobre a reunião final do CONAE, abril de 2010, pela perspectiva das lutas surdas e pelo reconhecimento de sua cultura. Teóricos como Michel Foucault (2006), Maura Lopes (2007), Paulo Machado (2008), Jorge Larrosa (2013), Gisele Rangel (2015) e outros. As reuniões preparatórias do CONAE/Porto Alegre/RS, pretendem avaliar os modelos educacionais apresentando novas propostas para serem incluídas pelo MEC. Como acontecem? Como são apreciadas propostas das minorias especificamente dos surdos? Refletimos em paralelo ao Congresso de Milão suscitando novos questionamentos; estaríamos retrocedendo?

Palavras-chave: CONAE 2010; Educação de Surdo; Língua de Sinais; Narrativas, Política Educacional

ABSTRACT

The authors of this work do a reedition of the previous publishment of Mourão (2011), in an experience report; this second presentation expands the place of speech of the deaf person, contemplating their perspectives and looks. The objective, here, is to reaffirm the registration of this material, giving opportunities to those who didn't have access because of the volume of works that were circulating in the seminary and attracting other ones that were even more interested. Throughout history, the deaf peoples have been fighting for acknowledgment for their identity, culture and language, sign language, and for an education that meets their specialties. In 2002, the LIBRAS (Brazilian Sign Language) Law, Law Number 10.436, favored Education and deaf inclusion. This is the context in which the present work proposes some reflections concerning the final meeting of CONAE, in April of 2010, through the perspective of the deaf fights and for the acknowledgment of their culture. Theorics like Michel Foucault (2006), Maura Lopes (2007), Paulo Machado (2008), Jorge Larrosa (2013), Gisele Rangel (2015) and others. The preparatory meetings of CONAE/ Porto Alegre/ Rio Grande do Sul aim to evaluate the educational models by showing new proposals to be included by MEC. How does it happen? How appreciated are the proposals for the minorities, especially the deaf? We reflect in parallel with the Congress of Milan, bringing new questions; would we be rewinding?

Keywords: CONAE 2010. Deaf Education; Sign Language; Narratives; Educational Policies



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/channel/UCosR0agJVuvT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Estamos nós, os autores deste trabalho, inseridos nesses escritos, trazendo nas seções seguintes uma reedição da publicação anterior Cláudio Mourão (2011)¹, com o relato de nossas experiências de vida; contando ainda com as contribuições de surdos e ouvintes aliados, foi realizada atualizações, correções e alterações necessárias para essa publicação.

Tantos materiais e narrativas autorais de gerações passadas já se perderam com relevantes informações que nossa geração e as futuras não terão conhecimento, perdas de arquivos inestimáveis em incidentes no Brasil e em outras partes do mundo extinguiram conteúdo ricos, como por exemplo em incêndios.

Por isso nossa preocupação em deixar registrado em mais de um periódico, mostrando e reiterando seus conteúdos as histórias dos povos surdos, a história da educação dos surdos, para que outros leitores tenham acesso a esses conhecimentos buscando assim minimizar os riscos da perda destes registros. Como diria Maura Lopes (2007, p.39) “Não quero fica repetindo o que foi dito, mas não posso ignorar passagens importantes da história, mesmo que elas já tenham sido contadas por outros.”

O presente artigo apresentado por Cláudio Mourão nos permite conhecer a suas experiencias e vivencias nas guerras travadas entre mãos e vozes de “sujeitos autoritários” / “etnocentrismo ouvintista”²

Iniciando...

Ao longo da história, foram bem mais de cem anos de existência de um ensino para surdos através do método oral. Entretanto, qual foi o resultado? F-R-A-C-A-S-S-O, podemos dizer e comprovar através do estudo de vários autores como Gladis T. T. Perlin (RS), Ronice Müller Quadros (SC), Carolina Hessel Silveira (RS), Adriana da Silva Thoma (RS), Karin Strobel (SC), Lodenir Becker Karnopp (RS), Flaviane Reis (SC), Madalena Klein (RS), Marcia Lise Lurnadi-Lazzarin (RS), Nídia de Sá (RJ) Paulo Cesar Machado (SC), Lucinda Ferreira Brito (RJ), Liliane Ferrari Giordani (RS), Carlos Skliar (Argentina), Paulo Vaz de Carvalho (Portugal), Oliver Sacks (EUA), Carol Padden (EUA), Thomas Holcomb (EUA), e outros.

A comunidade surda luta para manter a cultura e a identidade surda, bem como a Educação dos Surdos com respeito principalmente ao uso da sua língua a Língua de Sinais como riqueza linguística e de extremo valor imaterial. Antes de

1 Publicado no CD-ROM, com anais, intitulado “Educação de Surdos - retrocedendo para Milão. Será?” Cláudio Mourão, - 4º Seminário Brasileiro de Estudos Culturais e Educação - SBECE, / 1º Seminário Internacional de Estudos Culturais e Educação - SIECE / 2011.

2 Everardo Rocha (1984, p. 5), “Etnocentrismo é uma visão do mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os outros são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é a existência.” / Etnocentrismo ouvintista - para saber mais sobre os sobreviventes das políticas surdas, da autora Karin Strobel (2012).

1880, na Europa, haviam nas Escolas de Surdos uma educação legítima para eles, que eram aceitos e estavam presentes na sociedade majoritária de ouvintes; isto se devia a educadores como Abade L'Épée, Thomas Gallaudet e que lutaram pelo reconhecimento de seu espaço de direito. Cito Machado (2008, p. 55):

Essa compreensão sobre a língua da comunidade surda já esteve presente na sociedade, de acordo com Soares (1999), durante o século XIX, e especificamente no período que vai criação da Escola de Paris até o Congresso de Milão, em 1880. Esse tempo caracterizou-se pelo domínio da língua de sinais, sob a influência da Escola Pública para Jovens e Adultos de Paris, criada pelo abade L'Épée em 1764.

Nesse tempo os surdos tiveram muitas conquistas: entraram na escola para adquirir educação; puderam desenvolver suas identidades, tomando conhecimento delas e assumindo o modelo de “Ser Surdo”. Nesse contexto conviveram e tiveram oportunidades de lazer, do prazer de estudar, de interagir uns com os outros, não somente internamente nas escolas, mas, também com a sociedade que quis e aprendeu a se comunicar com os surdos. As Culturas, Surdas e Ouvintes, conviviam e as escolas de surdos não se diferenciavam das escolas ouvintes, em que a leitura e a escrita eram adquiridas na mesma proporção, como mostra Machado (2008, p. 55):

Skliar (1997a, p. 31) relata que, depois de quase um século da criação dessa escola, os “Estudiantes sordos eran alfabetizados e instruídos en la misma proporción que los oyentes”, e que a quantidade de professores surdos de crianças surdas nessas escolas alcançava o índice de 50%.

Em 1880, durante o Congresso de Milão, na Itália, educadores ouvintes de várias partes do mundo votaram a favor do método oralista e proibiram a utilização da Língua de Sinais. Mais tarde, o oralismo invadiu a Europa: as escolas demitiram os professores surdos e os alunos surdos sofreram, foram obrigados a “normalizar-se” ou “padronizar-se” em suas identidades auditivas e serem falantes da língua oral. Conforme Moura (2000, p. 48), existia:

(...) o desejo do educador ter controle total das salas e não se sujeitar a dividir o seu papel com um professor Surdo. É a não valorização do Surdo enquanto elemento capaz de educar e decidir, tanto sobre a sua própria vida, como com relação à vida daqueles sob sua tutela. (...) Era a forma de impedir que eles pudessem ter qualquer tipo de força e de poderem se organizar para qualquer tipo de manifestação ou proposta que fosse contra o oralismo.

Passaram-se anos, e a comunidade surda repassou e contou de geração a geração as histórias sobre tudo o que aconteceu e sobre continuar lutando para que as línguas de sinais se mantivessem viva. Na década de 60, o linguista Willian Stokoe percebeu que a língua de sinais era um sistema lingüístico, um idioma, semelhante a qualquer outra língua natural. Isto se espalhou por diversos países, chegando aos Brasil. Os detalhes sobre isso, as identidades, culturas e assunto ligados a comunidade surda, podem ser encontrados em inúmeras obras brasileiras, americanas, francesas e outras mais, escritas por surdos e ouvintes,

que podem ser encontrados nos mais diversos sites e livros, alguns deles estão referenciados no final deste artigo.

O Brasil é um país democrático, com direitos humanos assegurados, somos livres para opinar e temos uma política de educação para todos. O Governo ao ratificar Lei de Libras, Lei Nº 10.436, de 24 de abril 2002, regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, abriu caminhos para os surdos, promovendo a presença de professores surdos nas faculdades, escolas de surdos, entre outros espaços. Com isso, proporcionou a inclusão de surdos em diversos cursos nas universidades públicas e privadas, com a presença de intérpretes de língua de sinais, e também, abriu em 2006, o curso pioneiro de Letras/Libras, na modalidade de Ensino a Distância na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, segundo Cláudio Mourão (2011), na primeira edição, havia nove polos universitários do Brasil: são Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade de São Paulo (USP), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Goiânia e Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), totalizando quinhentos alunos(as). Cito Ronice Quadros e Marianne Stumpf (2014) disse que “primeira turma do Letras-Libras foi de Licenciatura e contou quase que exclusivamente com alunos surdos (em torno de 90% dos alunos).”

No curso de Letras-Libras licenciatura para preparar professores de Libras no Ensino Superior e Básico, entre outras conquistas. Segundo Flaviane Reis (2015), de acordo com sua pesquisa a quantidade de professores surdos efetivos nas instituições Federais de Ensino Superior, são de 174 professores surdos na área de Educação e Linguística.

No mesmo ano em que iniciou o curso de graduação Letras-Libras foi aberto o curso Pedagogia Bilíngue sendo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, a única faculdade a oferece-lo. E em 2006 a 2018 foram 198 alunos diplomados³, O foco desse curso é para atender a educação básica, ou seja, atendimento a educação das crianças surdas o que é de extrema relevância para o seu desenvolvimento, como nos apresenta Quadros (2005), “Assim, crianças surdas precisam ter acesso à língua de sinais com sinalizantes fluentes desta língua muito cedo.”

Atualmente, sabemos que há outras instituições de ensino que realizaram novos concursos aumentando o número de professores surdos tanto efetivos como contratados.

É dentro deste contexto que o presente trabalho pretendemos trazer algumas reflexões o sobre episódio, acontecido na reunião final do CONAE (Conferência Nacional de Educação), abril de 2010, sob a perspectiva das lutas surdas pela manutenção e reconhecimento de sua cultura. Também trazemos como “A ordem do discurso” de Foucault base teórica para pensar os jogos de poder que aconteceram neste episódio específico sobre a Educação de Surdos no Brasil.

3 Site INES, disponível em: < <http://www.ines.gov.br/graduacao> >. Acesso em: 31 jan. 2022.

A CONAE E A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

No final do primeiro semestre de 2009, no estudo de mestrado, Cláudio Mourão acompanhava aula com uma disciplina com a Prof^a Adriana Thoma⁴, na UFRGS, e surgiram comentários sobre o CONAE. Ela aconselhou aos alunos que deveriam participar para defender a nossa educação (a Educação de Surdos) e faltavam apenas dois dias para o fim das inscrições para participar da Conferência na Etapa Municipal de Porto Alegre.

A partir da longa trajetória durante os debates e propostas, Cláudio Mourão passou pela etapa para ser delegado, representando o município e foi para a Conferência Estadual. Para sua surpresa, tinha dois surdos como delegados municipais no primeiro dia desta etapa; no dia seguinte, eram apenas dois surdos, Cláudio Mourão e Cristian Strack, e foram nomeados delegados para representar o estado, em Brasília, na CONAE.

Ao chegarmos lá encontramos mais cinco surdos e alguns profissionais ouvintes da educação de surdos e uma mãe de surdo, que estavam no evento como delegados e apoiadores. No site⁵ da CONAE se pôde ver o enunciado sobre a proposta dessa Conferência, necessário para se entender sua importância:

A Conferência Nacional de Educação - CONAE é um espaço democrático aberto pelo Poder Público para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional. Está sendo organizada para tematizar a educação escolar, da Educação Infantil à Pós-Graduação, e realizada em diferentes territórios e espaços institucionais, nas escolas, municípios, Distrito Federal, estados e país. Estudantes, Pais, Profissionais da Educação, Gestores, Agentes Públicos e sociedade civil organizada de modo geral, terão em suas mãos, a partir de janeiro de 2009, a oportunidade de conferir os rumos da educação brasileira.

Cláudio Mourão apresenta um momento da sua experiência na CONAE, etapa municipal de Porto Alegre, realizada no Centro Universitário Metodista - IPA, em 10 de julho de 2009, onde aconteceram os debates da Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010. Nesta etapa aconteceram 6 eixos temáticos que tratavam sobre a educação. Veja abaixo:

- Eixo I: Papel Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional;
- Eixo II: Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação;
- Eixo III: Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar;
- Eixo IV: Formação e Valorização dos Profissionais do Magistério;

4 Programa de Pós-Graduação em Educação na UFRGS, disciplina "A Constituição de Identidades e da Diferença Surda no Campo da Educação, ministrada Profa. Dra. Adriana Thoma, 2009/1.

5 Informação mais sobre CONAE, disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12422:conae-apresentacao&catid=325:conae-conferencia-nacional-de-educacao >. Acesso em 25 jan. 2022.

- Eixo V: Financiamento da Educação e Controle Social;
- Eixo VI: Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade.

No primeiro dia da etapa municipal, participou do eixo VI “Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade”, no qual foram lidos os relatórios dos colóquios discutidos no eixo, com as propostas de emendas para acrescentar, substituir ou retirar enunciados do documento referência. Os professores e líderes surdos presentes nesta etapa, com o apoio dos profissionais ouvintes da Educação de Surdos, principalmente Intérpretes de Língua de Sinais, elaboramos muitas propostas para a Educação de Surdos, acessibilidade, inclusão social e educação inclusiva. No segundo dia, todos os eixos foram apresentados para os delegados dos outros eixos, com a finalidade de votar a favor ou contra as propostas já elaboradas. Para minha surpresa, todas as propostas do eixo VI sobre Educação de Surdos foram aprovadas para a Etapa Estadual.

A Etapa Estadual CONAE 2010, que aconteceu de 20 a 22 de novembro de 2009, em Porto Alegre, contou com a participação de aproximadamente mil delegados municipais, regionais e representantes da comunidade educacional. Havia um pequeno grupo que era contra as propostas de Educação de Surdos, houve algumas discussões, pois eles eram a favor da Inclusão (surdos incluídos na escola regular) e outros defendiam o fechamento das Escolas de Surdos; mas, para nossa alegria, a maioria dos delegados votou a favor das propostas para as Escolas Especiais se destacando a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE e as Escolas de Surdos. Percebeu-se que muitos delegados, que eram informados e tinham conhecimento sobre a Educação de Surdos, foram democráticos, e havia outros que desconheciam o assunto e fizeram muitas indagações quanto às nossas propostas e as razões que fundamentavam nossas reivindicações. Os delegados surdos presentes defenderam uma a uma das propostas e, após todas as questões serem sanadas, seguiu-se para a etapa de votação. No final, ao se realizarem as votações para a escolha de delegados para a Etapa Nacional em Brasília, primeiro se fez uma divisão entre estudantes, professores, diretores, etc., que se reuniram em salas diferentes. Cláudio Mourão escolheu a sala de estudantes, e os critérios foram pela experiência e por regionalidade; ele foi escolhido então para representar os estudantes surdos e, na sala de professores, o colega Cristian Strack foi escolhido para representar os professores surdos. Ana Paula Jung esteve presente como assessora dos delegados surdos, ao mesmo tempo em que atuou como intérprete, mediando a comunicação aos surdos delegados. Nesse momento relatou-nos acerca de suas lutas enquanto membro da Comunidade Surda – sim, ela faz parte da Comunidade Surda – e compartilhou conosco as lutas e emoções vividas. Naquele período atuava na qualidade de intérprete da Língua Brasileira de Sinais, professora, coordenadora pedagógica e diretora da Escola Estadual Especial Keli Meise Machado (KMM), em Novo Hamburgo-RS, escola de surdos.

Participou, ainda da etapa municipal, estadual e nacional, sempre prestando assessoria aos delegados surdos. E juntos foram a Brasília para defender nossa educação de surdo.

Na Conferência Nacional de Educação - CONAE 2010, de 28 de março a 01 de abril de 2010, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, pessoas vieram de todos os cantos do Brasil. Entre os mais de quatro mil delegados, encontravam-se oito delegados surdos de São Paulo e do Ceará, um cego-surdo com um intérprete-guia, delegados ouvintes que trabalhavam com a Educação de Surdo e representantes da Comunidade Surda. O evento ocorria da mesma forma que as etapas anteriores. No primeiro dia ocorreu a abertura geral com o Ministro da Educação, Fernando Haddad; alguns minutos depois, houve uma apresentação no telão mostrando a propaganda do evento. Neste momento, um delegado surdo, Neivaldo Zovico⁶, levantou e, em frente de todas as quatro mil pessoas sobre a legenda no telão: "Isso é inclusão?", perguntou ele. Cláudio Mourão comentou que sentiu apreço por essa atitude, que se sentiu orgulhoso, pois isso mostrou a persistência na luta pelos direitos e a manutenção das políticas dos surdos. Depois houve a separação dos delegados para as salas dos eixos, como nas etapas anteriores, e ele se dirigiu ao Eixo VI.

Em relatos do professor Cláudio Mourão, disse que não lembrava exatamente como transcorreram todas as discussões, pois houve muitas informações sobre as votações, inclusões e supressões que aconteciam ao mesmo tempo. No primeiro dia se levantaram as propostas sobre Educação de Surdo que foram trazidas por delegados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará e Paraná, mas algo muito estranho aconteceu: as propostas não estavam no Documento Referência. Todas as propostas sobre Educação de Surdos não foram mencionadas e só o que constava no documento eram propostas referentes à acessibilidade, inclusão social e educação inclusiva, e uma das propostas mencionava sobre a formação de professores de Libras. Nós nos manifestamos e os coordenadores das salas disseram que não haviam recebido os documentos. Não acreditamos, pois sumiram justamente todos os documentos elaborados pelos diferentes estados sobre Educação de Surdos. Então resolvemos fazer outro documento que fosse acrescentado à "Referência". Juntamente com os delegados surdos e profissionais da educação de surdos, nos reunimos e elaboramos todas as propostas para a Educação de Surdos.

Na sala, durante as discussões sobre as propostas, nos propusemos a apoiar o grupo das minorias, que eram negros, quilombolas, movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), pois nos

6 Neivaldo Zovico - Professor de Matemática em escolas de Surdos, Consultor e Palestrante sobre Acessibilidade para Surdos e Deficientes Auditivos, Membro da Comissão de Estudos da Acessibilidade de Comunicação e Visual para pessoas surdas e deficientes auditivos - ABNT, Coordenador Nacional de Acessibilidade para Surdos da FENEIS, em São Paulo/SP.

encaixávamos pela questão de reconhecimento e valorização da cultura, visto que tínhamos experiências de vida semelhantes, especificamente na questão cultural, de acordo com Lucas (2010, p. 22):

Segundo o delegado Neivaldo Zovico, [...] “Durante a fase de discussão interna ao eixo seis, fizemos um acordo de que todos votaríamos a favor das propostas apresentadas pelos diferentes grupos – negros, quilombolas, Movimento Sem Terra, dentre outros. Partimos do princípio de que ninguém conhece melhor a realidade do que aqueles que a vivenciam (...)”

No momento da votação na sala, conseguimos aprovar nossas propostas com o apoio do grupo das minorias; estávamos aliviados e contentes porque desejávamos garantir a melhora da educação para as crianças surdas. A nossa preocupação era com a questão linguística de Libras, já que, no caso da criança surda, a primeira língua deve ser a Língua de Sinais e a segunda a Língua Portuguesa escrita, levando em consideração a proposta de educação bilíngue, valorizando a Cultura Surda e proporcionando uma educação que favoreça o crescimento, desenvolvimento, interação e inclusão social, em que a criança surda não se sinta excluída ou discriminada.

Mais tarde, estávamos comemorando a vitória, quando soubemos que, após o final da plenária, um grupo chamou os representantes das minorias, mas não chamou os surdos; houve uma reunião a portas fechadas com o grupo das minorias, convencendo-os de que votassem contra as propostas de Educação de Surdos levantadas no eixo VI. Lucas (2010, p. 22) nos fala mais sobre isso:

Neivaldo argumenta que os dirigentes governistas manipularam o grupo. “Nas nossas costas, depois de sairmos da plenária, os participantes do eixo seis foram chamados para uma reunião com representantes do Governo Federal e de ONG’s conveniadas ao Ministério de Educação (MEC). Eles convenceram a votar contra as propostas destacadas pelo grupo de surdos, acusando nossas idéias[sic] de segregacionistas. Os únicos movimentos que nos apoiaram até o fim foram a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL) e a Educação do Campo”.

A argumentação de Neivaldo Zovico (SP) parece exagerada, mas não é; estávamos lá, assim como os professores Cristian Strack (RS), Moryse Saruta (SP), Cristiano Koyama (SP), Maria Inês Vieira (SP), os intérpretes de Libras, Renato Faustino Rodrigues (SP), Ana Paula Jung (RS) e outros, que viram a óbvia e clara discriminação que sofremos durante o evento. Não ficamos tranquilos e nos sentimos humilhados. À noite, o prof. Cristian Strack e a intérprete e prof.^a Ana Paula e o prof. Cláudio Mourão se reuniram; preocupados com o que acontecia no evento, temíamos o pior.

O Prof. Cláudio Mourão conta que não sabia explicar os sentimentos que se passaram naqueles quatro dias – medo, raiva, tristeza, impotência. Parecia que o seu corpo desmoronava e nos seus pensamentos refletia sobre o futuro das crianças surdas que poderiam ser esmagadas, como se fossem formigas, pela hipocrisia e discriminação. Sentiu-se tal qual os surdos em Milão naquele fatídico

congresso, onde sofreram assim como estava sofrendo. É uma pergunta pairava:

– Estávamos nós regressando àquele passado obscuro da história? – Disse o prof. Cláudio Mourão.

Em outro momento de votação, apareceram as dez propostas importantes que tínhamos elaborado sobre a “Educação de Surdo” e tinham sido aprovadas nas etapas municipais e estaduais; mas na CONAE, em Brasília/DF, sete das dez propostas foram rejeitadas e somente três foram aprovadas. Naquele momento vimos a manipulação política dos representantes do MEC que usaram o seu poder para nos atingir. Não desistimos. Enquanto o evento acontecia, lutamos e discutimos. Num dado momento daquela votação, o prof. Cláudio Mourão mostrou o livro, a Constituição Federal, e na frente de todos os delegados ali presentes indagou: “Onde estão os direitos humanos? Os nossos direitos? Isso é discriminação. Vocês têm filhos surdos? Sabem Libras?”. Ninguém se manifestou a nosso favor e me questionei sobre que democracia e direito de liberdade existe em nosso país.

Havia uma grande pressão, como se estivéssemos em um vulcão em erupção, parecia que não sobreviveríamos. Lutamos muito. Podíamos ver e sentir o audismo⁷ naquela Conferência e, lamentavelmente, perdemos. Infelizmente não conseguimos manter nossas propostas!

Podemos lembrar as reflexões de Foucault (2006), em “A ordem do discurso”, que diz que, sobre o discurso considerado verdadeiro, existem muitas restrições, proibições em todas as sociedades. Assim, sempre existem “sujeitos autorizados” a falar sobre determinados assuntos. Parece que, no caso da educação dos surdos no Brasil, as “pessoas autorizadas” a dizer a verdade sobre a educação dos surdos não são os próprios surdos, mas outros sujeitos, atualmente no MEC.

Os que se posicionaram na CONAE contra nossas propostas não conheciam e nunca leram nada a respeito da nossa cultura, identidade, especialmente sobre a nossa “Língua”. A esse respeito, Lucas (2010, p. 22) relembra o que afirma um delegado:

(...) delegado Neivaldo Zovico: “a conferência deveria ser um espaço democrático, mas infelizmente foi uma ditadura. Não conseguimos fazer valer nosso direito por causa de manipulação dos dirigentes que não conhecem a nossa cultura, a Língua de Sinais e a Identidade Surda do Brasil e do mundo”.

Para aqueles e principalmente o grupo de dirigentes da educação do MEC, parte-se do ponto de vista de que o surdo não tem cultura própria; nos chamaram de segregacionistas, colocaram palavras que nunca dissemos sobre sermos contra a inclusão, mentiras contadas para persuadir e nos prejudicar. Nunca fomos contra a chamada inclusão; só defendemos que as crianças surdas deveriam estudar em escolas ou classes de surdos, para aquisição de sua língua materna nos primeiros anos de alfabetização, e que os surdos de escolas inclusivas tivessem profissionais

⁷ Para saber mais sobre Audismo (inglês: audism), disponível em: < <https://vawnet.org/sc/audism-oppression-lives-deaf-individuals>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

que os atendessem na perspectiva bilíngue de educação, que estas crianças tivessem referências de sua Língua de Sinais para a formação identitária, para a produção da subjetividade, que se tornassem surdos melhores do que somos. Entretanto, ninguém nos entendeu e nem nos apoiou. Lucas (2010, p. 23) traz um relato disso:

De acordo com a Diretora de políticas educacionais especiais do MEC, Martinha Claret, o Ministério não concorda com o princípio de que a educação bilíngüe[sic] é favorecida no espaço segregado. [...] Perguntada sobre a importância das escolas de surdos para a valorização da Cultura e da Identidade Surdas, a diretora respondeu que “do ponto de vista da educação inclusiva, o MEC não acredita que a condição sensorial institua uma cultura. As pessoas surdas estão na comunidade, na sociedade, e compõem a cultura brasileira. Nós entendemos que não existe Cultura Surda e que esse é um princípio segregacionista. As pessoas não podem ser agrupadas nas escolas de surdos porque são surdas. Elas são diversas. Precisamos valorizar a diversidade humana”.

Podem imaginar quem é Martinha Claret? Ela é conhecida no Brasil por ser cega e um exemplo de vida. Mas será que ela já conviveu na Comunidade Surda, participou das associações de surdos no Brasil e já foi às escolas de surdos? Como pesquisadora, terá conhecimento sobre cultura e identidade? Teria lido textos de autores que abordam a Cultura Surda, autores respeitados e renomados como Ronice Quadros, Lodenir Karnopp, Carolina Hessel, Adriana Thoma, Madalena Klein, Stuart Hall, Carlos Skliar, Gladis Perlin, Karin Strobel, Oliver Sacks, Flaviane Reis, Márcia Lunardi-Lazzarin, Willian Stokoe e tantos outros que comprovam a veracidade destes autores? Será que ela participou da comunidade dos sujeitos surdos, para dizer que não temos cultura? Ela percebeu que temos identidades diferentes? Viu as crianças surdas, alegres e animadas, conversando em Libras com os colegas surdos nas escolas de surdos? Comparou alguma vez uma criança surda, isolada, com ou sem presença de intérprete de Língua de Sinais na sala de aula em escola regular com crianças ouvintes e outra criança surda numa escola de surdos? Será que ela saberia qual criança é mais feliz? Seus estudos e pesquisas não mostraram que um professor ouvinte, com formação de Libras (60 a 120 horas do curso), não é suficiente para se comunicar com uma criança surda? Impossível! Será que ela viu uma criança surda nos meios dos alunos ouvintes no intervalo, sem interagir, pois, nenhuma das crianças fala sua língua?

Cito Lucas e Madeira (2010, p. 14)

“Falar que a escola bilíngüe [sic] de surdos é segregacionista é uma falácia”, classifica o professor Tarcísio Leite, da UFSC.

(...) A maioria dos pesquisadores da área defende que reunir surdos em uma mesma escola ou sala de aula não significa separá-los do mundo ou torná-los mais dependentes. Ao contrário, os ambientes lingüísticos [sic] que favorecem a vivência de uma língua de maneira espontânea fazem com que os sujeitos se tornem mais autônomos, pois eles alcançam o conhecimento de maneira mais rápida e eficaz. A experiência lingüística [sic] plena faz com que as pessoas se sintam seguras nas interações sociais e na relação com seus pares. [...] quanto mais desenvolvimento lingüístico [sic] dos sujeitos, maior a capacidade de buscar conhecimento e de utilizá-los livremente no seu cotidiano. Eles podem, de maneira independente, transitar no mundo e compreendê-lo. Assim, o conhecimento de mundo

adquirido pelos surdos por meio de uma língua natural, a Libras, seria mais eficiente.

Ao final do evento da CONAE nacional, as propostas de acessibilidade e de inclusão social foram garantidas, mas, infelizmente, nossas propostas principais, pelas quais brigamos bastante, não foram aprovadas. Vejam abaixo resumo das propostas aprovadas:

- Garantir a oferta de atendimento educacional à criança surda, do nascimento aos três anos, propiciando a imersão em Língua de Sinais como primeira língua;
- Oficializar a profissão de tradutor-intérprete de Libras e de guia-intérprete para surdos e cegos e garantir a presença desses profissionais nas escolas e instituições de ensino superior;
- Garantir que a formulação e a execução da política sejam realizadas com a participação dos educadores surdos e demais lideranças da Comunidade Surda.

E outro resumo das propostas rejeitadas:

- Garantir às famílias e aos surdos o direito de optar pela modalidade de ensino, garantindo o acesso à educação bilíngue;
- Garantir e ampliar o atendimento de serviços de intervenção precoce em crianças de até três anos;
- Garantir o contato dos alunos surdos com professores surdos, oportunizando sua identificação linguística e cultural;
- Consolidar o ensino de Libras nos cursos de formação de professores, incluindo temáticas como Artes, Literatura, Gramática da Língua de Sinais e História dos Movimentos Surdos. Incluir esses temas também nos currículos das escolas de surdos e nas escolas com alunos surdos incluídos;
- Incentivar e apoiar financeiramente a criação do curso de graduação em Pedagogia Bilíngue;
- Inserir prova de proficiência em Libras nos concursos e em outros processos seletivos para professores que atuarão com alunos surdos.

E, mais tarde, elaboramos uma carta de moção em defesa das escolas de surdos, com o objetivo de registrar e formalizar aquelas demandas rejeitadas pela plenária. Se obtivéssemos mais de oito assinaturas entre líderes e representantes de grupos apoiando nossa moção, conseguiríamos acrescentá-las aos documentos, mesmo sem votação, e conseguimos mais do que isso. Depois entregamos a carta com assinaturas na mesa de dirigentes da CONAE que anexaram ao documento como obrigatória. Veja abaixo o que o parágrafo que incluímos na carta de moção diz:

- Garantir a continuidade das escolas de surdos, desde a educação infantil

até as séries finais da educação básica, assegurando sua regularidade no sistema de ensino, com projeto pedagógico estabelecido. Nos casos onde [sic] a população de surdos não comportar a existência de escola de surdos, garantir o atendimento dos alunos em classes de surdos, estabelecidas em escolas regulares de referências, ou ainda, nos casos em que isso não for possível, estimular espaços de compartilhamento da língua de sinais e demais aspectos culturais como condição do desenvolvimento lingüístico[sic], cognitivo, emocional, social, cultural e de construção de identidade.

- Garantir aos professores surdos e ouvintes que atuam nas escolas de surdos, bem como nas classes de surdos, tenham formação específica e continuada sobre a história, aspectos linguísticos, culturais e de identidade das Comunidades Surdas do Brasil e do mundo.
- Garantir o ingresso de surdocegos e surdos com outras deficiências associadas, nas escolas de surdos, bem como nas classes de surdos, pautada na perspectiva da educação inclusiva, assegurando o direito à educação em Língua de Sinais como primeira língua, bem como a presença de professor assistente, de instrutor mediador e de guia-intérprete, de acordo com a necessidade do aluno.

Ao final de todos os eixos aprovados, eles são acrescentados ao documento principal e entregues ao Congresso Nacional. Só podemos alterar este documento na próxima CONAE, que, infelizmente, será somente daqui a 10 anos.

Delegados surdos e aliados ouvintes se sentiram tristes ao ver nossas propostas rejeitadas, voltando para casa derrotados, buscando entender a “discriminação” que sofremos. Cláudio Mourão disse: “Dentro de mim há um sentimento de dor e mágoa, pois me senti um escravo com minhas mãos algemadas sem poder usá-las, me proibiram de ‘falar’. Condenaram o futuro das crianças surdas.”

Estamos retrocedendo à mesma história e sofrimento causado pelo Congresso de Milão. Neste momento, a CONAE 2010, em Brasília, e principalmente os dirigentes do MEC deixaram sua marca na história dos surdos, entre os que vivem hoje e que falarão aos de amanhã do Brasil e do mundo inteiro, sobre uma minoria que foi esmagada pelo audismo.

No site do CONAE é possível ver todas as propostas aprovadas em Brasília, mas a moção que entregamos aos dirigentes ainda não foi acrescentada no sistema do site.

O MEC afirma que temos o direito humano de escolher a nossa educação. Nesta Conferência, entretanto, esses dirigentes só mostraram que alguns interesses estão acima destes direitos, desrespeitaram a nossa língua e cultura. Seriam eles as únicas pessoas “autorizadas” para falar sobre a educação dos surdos e não os surdos? Que vergonha!

FIM DA HISTÓRIA... CONCLUSÃO? NÃO...

Neste trabalho, os textos de outros autores contribuíram para a sua elaboração e cremos que também contribuirão para outros trabalhos futuros, como coloca Jorge Larrosa (2013, p. 30): “A questão é que aqui estou contando um conto que li num livro que está atravessado por outros livros e que, por sua vez, atravessa outros livros, até chegar um dia a mim e, hoje, a vocês.”

Esses relatos foram coletados dos próprios surdos e ouvintes que naquele momento resistiram e travaram uma guerra com o etnocentrismo ouvintista que queria suplantiar os direitos dos Povos Surdos a uma educação adequada; por isso fez-se necessário aqui o registro escrito, para que não se perca dos relatos contados por meio sinalizado ou oral - ele não poderá ser apagado, mesmo que um grupo de sujeitos etnocêntricos tenha tentado suprimir essa parte da história não querendo que a mesma fosse publicada. Ela se manterá viva para que situações vergonhosas como essas não se repitam.

Precisamos contar nossas Narrativas Surdas. Não podemos deixá-las guardadas no baú; vamos abri-lo, pois, o baú fechado não conta história. A história quer sair para não nos fazer esquecer, mas construir novos caminhos onde nosso choro só será de alegria. Como nos disse Gisele Rangel (2015, p. 224):

Acredito, por fim, na necessidade de registrarmos novas Narrativas Surdas, a fim de que permaneçam e fortaleçam a Cultura Surda. É preciso abrir o baú da memória com as mãos dos próprios surdos e apresentar as nossas histórias, pois ainda há muito para contar e construir.

Se não há choro, não há história...

Referências:

- CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve História dos Surdos no Mundo e em Portugal**. Editora Surd'Universo, Livraria Especializada Lda. Lisboa, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- GIORDANI, Liliane Ferrari. **"Quero escrever o que está escrito nas ruas"**: representações culturais da escrita de jovens e adultos surdos. 2003. 153 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidades Cultural na pós- modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2005. 102p.
- KARNOPP, Lodenir. **Aquisição Fonológica na Língua Brasileira de Sinais: estudo longitudinal de uma criança surda**. Porto Alegre, PUCRS: Tese de Doutorado, 1999.
- KARNOPP, Lodenir Becker; KLEIN, Madalena; LUNARDI-LAZZARIN, Márcia Lise. **Produções culturais surdas no contexto da educação bilíngue**. Projeto de Pesquisa, MCTI/CNPQ/Universal, Processo 454906/2014-5, 2014.
- KLEIN, Madalena. **Tecnologias de governo na formação profissional dos surdos**. 2003. 134 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piroetas e mascaradas**. / texto de Jorge Larrosa, tradução Alfredo Veiga-Neto, - 5. Ed.; 1. reimp. - Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2013.
- LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- LUCAS, Regiane. Conferência Nacional de Educação rejeita proposta que apóia a escola de surdos.: **Revista da Feneis**, Nº 40 - junho-agosto de 2010.
- LUCAS, Regiane; MADEIRA, Diogo. **Educação dos surdos: Em repúdio às declarações do Mec, pesquisadores defendem bilingüismo e pedagogia surda**. Revista da Feneis, Nº 41 setembro-novembro de 2010.
- LUNARDI, Márcia Lise. **A produção da anormalidade surda nos discursos da Educação Especial**. 2003. 198 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- MOURA, Maria. **O Surdo: caminhos para uma Nova Identidade**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora REVINTER Ltda, 2000.
- MOURÃO, Cláudio. **Educação de Surdos: retrocedendo para Milão. Será?** In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 4; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CULTURAIS E EDUCAÇÃO, 1. Canoas, 2011. Anais Canoas: Editora da Ulbra, 2011. 1 CD-ROM.
- PADDEN, Carol; HUMPHRIES, Tom. **Deaf in America: voices from a culture**. Cambridge: Harvard University Press, 1988.
- PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. 155 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- QUADROS, Ronice. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- _____. **O 'bi' em bilingüismo na educação de surdos**. Surdez e bilingüismo. 1ªed. Porto Alegre: Editora Mediação, v.1, p. 26-36, 2005. Disponível em <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=7&idart=197>
- QUADROS, Ronice; STUMPF, Marianne. Letras Libras EaD. In: QUADROS, Ronice (org.), Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.
- RANGEL, Gisele. **História cultural da pedagogia dos surdos: 15 anos depois**. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne. (orgs.). Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Curitiba-PR: CRV, 2012.
- REIS, Flaviane. **Professor surdo: a política e a poética da transgressão pedagógica**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- _____. **A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos**. Uberlândia: UFU, 2015. 278 f. Tese (doutorado em educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.
- ROCHA, Solange. **Memória e história: a indagação de Esmeralda**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2010.
- SÁ, Nídia (Org.). **Surdos: qual escola?** Manaus: Editora Valer e Edua, 2011.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 196p.

SILVEIRA, Carolina Hessel. **O Currículo de Língua de Sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda**. In: QUADROS, Ronice; PERLÍN, Gládis (Orgs.). Estudos Surdos II. Rio de Janeiro, Editora Arara, 200,

SKLIAR, Carlos (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

STOKOE, William. **Sign Language structure**. Maryland: Linstok Press, 1960.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

_____. **Os sobreviventes das políticas surdas: opressão da cultura surda e de seus valores linguísticos na educação**. In: PERLÍN, G.; STUMPE, M. (Orgs). Um olhar sobre nós surdos. Curitiba: Editora CRV, 2012, p. 97-108.

THOMA, Adriana da Silva. **Imaginário social e educação do surdo institucionalizado**. 1997. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.

THOMA, A e LOPES, M C. **A invenção da Surdez: Cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2004.

Sites consultados:

<http://acessibilidadeparasurdos.blogspot.com/2010/04/conferencia-nacional-de-educacao.html>

CONAE 2010: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12422:conae-apresentacao&catid=325:conae-conferencia-nacional-de-educacao